

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE, SEUS EQUIPAMENTOS URBANOS E A INFLUÊNCIA DESTES NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

REFLECTIONS ON THE CITY, ITS URBAN EQUIPMENTS AND THEIR INFLUENCE OVER THE POPULATION'S QUALITY OF LIFE

REFLEXIONES SOBRE LA CIUDAD, SUS EQUIPOS URBANOS Y SU INFLUENCIA EN LA CALIDAD DE VIDA URBANA DE LA POBLACIÓN

Anselmo Fábio de Moraes*
Beatriz Goudard**
Roberto de Oliveira***

RESUMO

O presente artigo visa tentar contextualizar uma situação vigente nas cidades brasileiras, analisando fatores que contribuíram para o decréscimo da qualidade de vida nestas áreas, fatores estes que decorrem de um sério problema: o crescente êxodo rural. Em outro momento, comenta-se sobre a implementação de equipamentos urbanos e sua adequação a uma gestão urbana de qualidade, entendendo-se equipamentos urbanos como todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

Palavras-chave: Cidade. Equipamento urbano. Qualidade de vida.

ABSTRACT

The present paper intends to contextualize a current situation in the Brazilian cities, analyzing factors that strongly contributed to the decrease in quality of life in these areas, factors that originate from a serious problem: the growing exodus from the country. At another moment, this study also discusses the implementation of urban equipments - i.e., all public or private properties, of public use, assigned to rendering the necessary services

* Professor no Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email:

hans_moraes@hotmail.com

** Professora do Departamento de Ciências Econômicas do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas (ESAG/UDESC), mestre em Engenharia de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). E-mail: r2bg@udesc.br

*** Professor Associado do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Metodologia de Projeto Habitacional pela University of Waterloo, Canadá. Pós-Doutorado com pesquisa sobre a influência do desenho urbano em custos habitacionais E-mail: ecv1rdo@ecv.ufsc.br

to the functioning of the city, implanted through the public service authorization, in public and private spaces - and their adaptation to an urban administration with quality.

Keywords: City. Urban equipment. Quality of life.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo contextualizar la situación vigente en las ciudades brasileñas, analizando factores que contribuyeron para el decrecimiento de la calidad de vida en estas áreas, factores estos que resultan de un sério problema: el éxodo rural. Posteriormente, se discurre sobre la implementación de equipos urbanos y su adecuación a una gestión urbana de calidad, entendiendo así los equipos urbanos como todos los bienes públicos o privados, de utilidad pública cuya destinación es la prestación de servicios necesarios al funcionamiento de la ciudad, implantados por medio de autorización del poder público, en espacios públicos y privados.

Palabras clave: Ciudad. Equipos urbanos. Calidad de vida.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CIDADES

As cidades apresentam hoje, em sua maioria, crises urbanas, e o estudo dos diversos fatores que têm gerado este cenário é complexo. Elas têm sofrido um processo de transformação que não se aplica única e exclusivamente aos problemas ambientais propriamente ditos e tão discutidos, mas sim a aspectos cada vez mais abrangentes.

Se analisarmos os dados populacionais brasileiros veremos que houve um rápido crescimento populacional urbano nas últimas décadas. Este crescimento provocou nas cidades, que não estavam preparadas para isto, o acúmulo de infinidades de problemas. A expansão demográfica desenfreada unida à ausência de planejamento para receber esta expansão, refletiu-se em conseqüente ampliação do perímetro urbano das cidades. Estas, na maioria das vezes, não possuíam legislações específicas para absorver este crescimento e não estavam preparadas para o aumento da densidade populacional na ocupação do solo, vindo a acarretar profundas modificações sociais e estruturais no espaço urbano.

Na década de 60, aproximadamente 50% da população brasileira vivia nos campos (região rural). Já no censo realizado pelo IBGE, em 2000, 81,19% da população estava concentrada na região urbana das cidades brasileiras, atraídos por inúmeros fatores e desejos que nem sempre são atingidos. Disto decorreu uma série de problemas, entre os

quais podemos citar a favelização das cidades, os problemas de trânsito e transporte, de saneamento, de educação, de saúde, entre tantos outros. Este despreparo tem influenciado sobremaneira na qualidade de vida nas cidades e, principalmente, dos grandes centros urbanos.

Reflexos deste processo são observados todos os dias quando as matérias diárias dos jornais são apresentadas. Segundo Hogan e Vieira (1995):

A sociedade brasileira sofreu um dos impactos mais dramáticos da história republicana ao transferir em 39 anos 2/3 de sua população do campo para as zonas urbanas... À degradação da vida urbana, com fenômenos variados de contaminação de solo, ar, das águas nas zonas metropolitanas e nas áreas de expansão da industrialização no interior do país, se junta ao esgotamento de recursos naturais em regiões de grandes projetos (mineração, barragens, etc.).

A urbanização e a deterioração do meio rural exige, nos dias atuais, a necessidade de que os servidores públicos, das prefeituras das cidades, sejam profissionais habilitados, técnica e cientificamente. Só assim poderão oferecer aos gestores do processo (executivo, legislativo e sociedade organizada) soluções que dêem ao ambiente urbano e, conseqüentemente, aos habitantes, um espaço viável para a manutenção de suas vidas com dignidade e qualidade.

No planejamento das cidades deve-se levar em consideração a grande diversidade que existem entre elas e a sua dinamicidade, uma vez que apresentam modificações que acompanham a evolução social e a modernidade. Cada cidade apresenta características próprias, advindas da sua origem, que também precisam ser consideradas na gestão das mesmas. Entre os diferentes fatores a serem analisados no seu plano diretor podem-se citar o uso do solo urbano, código de obras, código de posturas, estudo de impactos ambientais e de vizinhança, equipamentos urbanos comunitários, entre outros.

Os gestores têm a grande tarefa de refletir e propor melhorias para o desenvolvimento das cidades, baseados em soluções técnicas e com o objetivo da melhor aplicação do erário, de modo a inserir nelas, adequadamente, a implementação e a manutenção das necessidades da população.

Há de se cuidar, no entanto, com os diversos modelos de gestão que temos à disposição. Baseados na afirmativa de Hogan e Vieira (1995), em relação à questão



ambiental, que diz que: “fica evidente no Brasil uma grande diferença entre a realidade e a retórica: a legislação ambiental acompanha a experiência internacional e possui novos instrumentos extremamente sofisticados, no entanto as condições de real aplicação são extremamente restritivas”, pode-se dizer também que esta serve para a maioria dos fatores (meios físicos, cultural, social, etc.) que compõem uma cidade.

Assim sendo, o contexto atual evidencia a urgência de um trabalho de gestão urbana profissional e consciente, capaz de transpor a discussão do nível de preocupações e vontades pessoais para a de preservação da qualidade de vida de toda a sociedade.

Le Goff (1988) diz que a cidade é um lugar em que mais se constrói, do que se conserva ou se destrói. Entende também Landin (2004) que as formas de aglomeração humana não se limitam simplesmente às suas dimensões e funções, mas também diferem em qualidade e significação.

Dentro das formas das cidades e nas suas morfologias, nos seus arranjos e organização, estão inseridos os espaços livres, que incluem suas praças, jardins, logradouros, etc..., seus espaços residenciais, comerciais, industriais e seus equipamentos urbanos comunitários edificados, que concorrem para a estruturação e qualificação do ambiente cidade.

Segundo Landin (op.cit.): “Dentre os espaços construídos pelo homem, a forma mais importante é aquela referente ao ambiente construído para o seu uso mais constante e diário”.

Munford (1991, p.9) contextualiza as cidades afirmando que:

Não há definição que se aplique sozinha a todas as manifestações, nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal de sua velhice.

Segundo Makowiecky (2003), é na cidade que a produção artístico-cultural encontra estímulo e canais de divulgação, que se gera uma grande mobilidade de signos e símbolos, que é a verdadeira essência da vida urbana e de seus produtos simbólicos. Corroborando com estas definições, Oliveira (1994) destaca que a cidade é um lugar de atividades mistas e diversificadas.

Como se observa, existem vários entendimentos, das mais variadas amplitudes, do que é e como funciona uma cidade. No entanto, pode-se depreender que, as cidades, sendo elas do tamanho e da forma que forem, independentemente da sua origem, e de como pensam e as definem os estudiosos, são uma síntese real do pensar e do agir em cada momento de seus gestores e de seus habitantes.

No entendimento de Holanda (2002) as classes sociais não têm o mesmo tipo de expectativa sobre a forma das cidades. Portanto, não se pode ignorar os vários modos de inserção dos agentes sociais no funcionamento de uma sociedade contraditória, devido aos seus distintos modos de vida, no produzir, no usar e no avaliar o espaço urbano.

Neste aspecto, pode-se entender que dentro de uma cidade existem *várias cidades*. A população que compõe a cidade é diversa e desigual, tanto no sentido econômico como no cultural criando, então, impasses e tornando difusos os pensamentos desta população como um todo.

Devido a estes aspectos surge a dificuldade de se atender a todos os anseios e desejos desta. Isto é minimizado atualmente com os planos diretores, através da interpretação das audiências públicas, de todas as formas de manifestações e das diversas formas de gestão implementadas pelos dirigentes das cidades.

Clark apud Landin (op. Cit), diz que:

A cidade pode ser encarada de variadas formas: como um conjunto de imagens, ou como unidade estatística e espacial. São justamente essas diferentes formas de abordar o espaço urbano que subsidiam as perspectivas para a compreensão e resolução de muitos problemas urbanos contemporâneos.

2 EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS – USOS E NECESSIDADES

Um dos grandes problemas urbanos contemporâneos pode ser caracterizado como a implantação e administração dos equipamentos urbanos comunitários (EUC's) existentes nas cidades. Segundo Ferrari (1977), chama-se de equipamentos urbanos às obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública, que permitam a plena realização da vida de uma população.

A Lei federal 6766/79 - Capítulo II: Dos requisitos urbanísticos para loteamento, diz



em seu artigo 4° e 5°:

*Artigo 4° § 2° - Consideram-se **comunitários** os **equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares**.*

Artigo 5° - O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa "non aedificandi" destinada a equipamentos urbanos.

*Parágrafo Único - Consideram-se **urbanos** os **equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado**.*

A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) em seu documento NBR 9284, cujo título é equipamento urbano, classifica os equipamentos que dão sustentação às funções urbanas de forma diferenciada à da lei federal n° 6766/79, não os subdividindo em categorias de equipamentos públicos urbanos e equipamentos públicos urbanos comunitários. Define apenas um grupo de equipamentos: o **equipamento urbano**. Conceitua-os como sendo: todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

Considerando-se o formato da cidade, um desejo contextualizado pela sociedade que a compõe, o mesmo está presente na mente e nas relações de uso que existem entre seus habitantes e os espaços que a formam.

Tudo que compõe a cidade deve correlacionar-se. Neste contexto incluem-se os equipamentos urbanos comunitários correlacionando-se com os outros entes físicos da cidade, para que possa se refletir na população, da melhor maneira possível em termos de uso, de acessibilidade, de segurança, de conforto e da boa aplicação do erário.

Os equipamentos urbanos comunitários inseridos no dia-a-dia da comunidade podem ser objetos de estudos para se entender as cidades em seus diversos momentos e planejamentos. Podem, também, ser importantes no que se refere à busca científica do conhecimento da dinâmica de elementos urbanos, na busca do entendimento da morfologia urbana, podendo ainda auxiliar no estudo das formas que a cidade, ou sua representação, adquiriram sendo um elemento a mais para o estudo da vida social e da iconografia urbana.



Um equipamento urbano comunitário funciona como suporte material para a prestação de serviços básicos de saúde, educação, recreação, esporte, etc. (TORRES, 2000). É constituído por um conjunto de espaços e edifícios cujo uso é predominantemente público.

Os equipamentos urbanos, a infra-estrutura e os edifícios industriais, comerciais e de moradias constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de uma cidade. A existência destes componentes físicos é considerada como um fator importante de bem estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos.

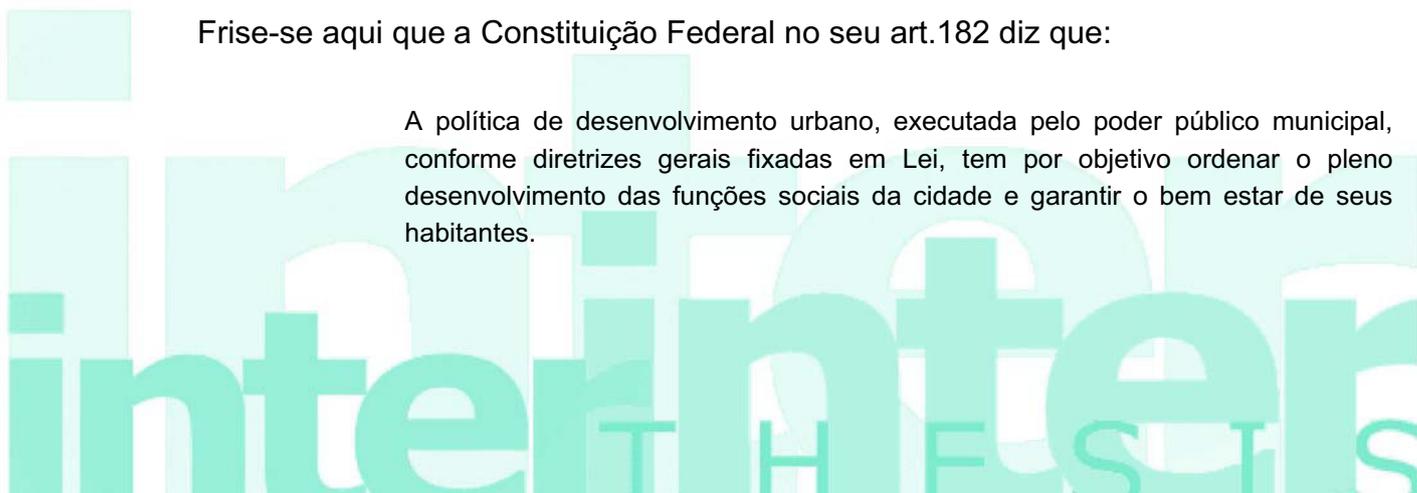
Assim, a carência dos mesmos mostra as desigualdades sociais. Para o desenvolvimento econômico e o bem estar da população é incontestável a importância na cidade de todos os seus elementos constituintes e que estes atendam com eficiência o propósito para o qual foram destinados.

3 ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS A UMA GESTÃO URBANA DE QUALIDADE

No Brasil, os meios de comunicação estão todos os dias focando problemas em equipamentos urbanos comunitários, como por exemplo: hospitais e centros de saúde lotados (pessoas atendidas em macas, pelos corredores, por falta de leito), outros vazios e fechando; turnos intermediários nas escolas públicas; crianças sendo transportadas por não terem escolas próximas de casa; escolas sem boas estruturas físicas ou mal conservadas; escolas novas vazias por falta de alunos que não têm como se deslocar até lá; praças abandonadas ou superlotadas; bairros sem segurança por falta de equipamento e de pessoal; inexistência de bibliotecas públicas, etc.. Deprendendo-se desta realidade que os municípios crescem desordenadamente sem planejamento efetivo e sem gestão profissional e séria.

Frise-se aqui que a Constituição Federal no seu art.182 diz que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.



Torres (op.cit.) coloca ainda que para que estes equipamentos urbanos comunitários funcionem adequadamente, deve-se observar três pontos:

- *Conservação e manutenção, incrementando e otimizando a prestação de serviços, aproveitando as instalações em sua total capacidade;*
- *Reestruturação dos edifícios e instalações a fim de oferecerem melhores serviços dentro de um contexto dinâmico e implantando inovações;*
- *Produção de novas unidades, em localizações adequadas e dimensionadas para cobrir as necessidades ainda não satisfeitas, levando em conta os desejos da sociedade e considerando as tendências do crescimento demográfico.*

Assim, não basta implantar um equipamento urbano comunitário sem observar o local de implantação, os projetos executivos, os materiais a serem utilizados e os cuidados relativos à manutenção e conservação destes. Como se sabe, cada equipamento urbano comunitário tem características e funções próprias. Eles são fundamentais para organizar e qualificar o espaço urbano e podem, por suas características ou importância, constituir-se em referência para os moradores da cidade.

Entende-se também, que as cidades, com o passar do tempo, com o crescimento demográfico e com a conseqüente mudança de mentalidade da sociedade que a compõe, altera seus espaços, sua forma urbana e sua imagem.

Ao se fazer a cidade, a trama urbana que a compõe e a identifica vai se alterando conforme o modo de vida de sua população, em suas expectativas e desejos. Estas mudanças além de exercerem substanciais influências na vida sócio-econômica da comunidade, influenciam também no seu sistema de trânsito e transporte, na ampliação necessária da quantidade de equipamentos urbanos comunitários, nos custos da urbanização e no meio ambiente, entre outros. Daí a importância dos equipamentos urbanos comunitários nas cidades, no que se refere ao seu formato, dimensão e localização.

Por outro lado, observa-se que a grande maioria das cidades não dispõe de uma ferramenta de monitoramento do espaço urbano, tornando a utilização dos equipamentos urbanos insustentáveis ao longo do tempo. Na maioria das vezes as prefeituras não possuem sistemas de bases de dados para um monitoramento adequado da situação.

Monitoramento pode ser entendido como a ação de acompanhar uma determinada situação no decorrer do tempo. Em se tratando de uma determinada área (principalmente

as áreas de implantação de equipamentos urbanos e seu entorno) é necessário que este acompanhamento tenha por base um referencial que caracterize o espaço para que as comparações ao longo do tempo tenham validade.

O monitoramento do ambiente urbano deve ter como objetivo manter atualizado um sistema multidimensional integrado de coleta, tratamento, arquivo e operação de dados ambientais, que permitam avaliar sistematicamente a qualidade de vida que a cidade oferece a seus moradores (LOCH, 2002). Acredita-se ser de fundamental importância um monitoramento das áreas de implantação de equipamentos urbanos, bem como o seu entorno, para que estes atendam de forma eficiente a população de abrangência.

Quando se trabalha dentro de um universo que envolve o comportamento humano as previsões se tornam difíceis. Além do comportamento individual, existem as influências do meio em que se vive, que vai desde as informações recebidas através da mídia até as considerações de ordem política (que podem ser uma mudança relativa à uma boa política governamental ou podem ser estritamente eleitoreiras).

O monitoramento e suas mais avançadas ferramentas podem contribuir em muito para a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, vale destacar que o conceito de qualidade de vida deverá constituir-se da visão que o sujeito, enquanto participante de uma sociedade urbano-industrial, tem da sua própria vida, de seu ambiente social e do grupo ao qual pertence. A busca dessa visão se complementa com mapeamentos da realidade local, das formas de política participativa e do gerenciamento dos problemas existentes.

Ainda, segundo Hogan e Vieira (1995), é importante na mesma medida em que buscamos compreender os fatores que têm interferido na qualidade de vida dos cidadãos, entender o que efetivamente se tem buscado para adquirir uma vida mais saudável e de fato plena. Essas colocações nos remetem a um dilema: qual é o modelo de sociedade que se deseja?

Muitas podem ser as respostas para esta pergunta dado o contexto até aqui exposto, uma vez que as cidades apresentam características próprias e as classes sociais que a compõe apresentam expectativas diferentes. No entanto, convém destacar que de nada adianta conceitos e modelos serem apresentados nos documentos se a efetiva aplicação destes não for implementada.



Aliado a isto é importante destacar, também, que a sustentabilidade da sociedade, atualmente, está comprometida, dada a utilização desordenada dos recursos naturais e à falta de planejamento.

Assim, torna-se necessário que os planejadores, gestores, estudiosos e todos aqueles que têm ingerência sobre o fazer a cidade busquem levar em consideração os fatores que influenciam nesta sustentabilidade. Observando não só diretamente ou localmente, mas também indiretamente e num contexto global, o ambiente e a vida em sociedade, garantindo assim que a qualidade de vida atual e futura possa ser menos desigual, e, no mínimo, satisfazer as necessidades básicas da população.

Daí decorre a necessidade de um planejamento eficiente e de utilização de ferramentas para estudo, implantação e monitoramento, de acordo com as características e especificidades de cada local e de cada comunidade. O objetivo deve ser um só: prover o bem estar da população e a garantia de que os equipamentos urbanos, atendendo o fim ao qual se propõe, possam satisfazer as necessidades e elevar a qualidade de vida das pessoas residentes em uma região e na cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

- FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2ª ed. 1995, 234 p.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002.
- LANDIN, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana: cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LE GOFF, J. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1988.
- LOCH, C. **MBA para Executivos em Administração Global**. Notas de aula da disciplina de Gestão Ambiental. Florianópolis, 2002.
- MAKOWIECKY, Sandra. **A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos**. 2003. 543 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MUNFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- OLIVEIRA, Roberto. **A Methodology for Housing Design**. Tese de Doutorado. University of Waterloo, U. W., Canada, 1994.



TORRES, Maria Guadalupe Cortés. El Equipamiento Urbano de La Educación Superior en La ZMCM. In: **Revista Gestión y Estrategia**. 2000.

Artigo:

Recebido em: 11/07/2008

Aceito em: 30/11/2008

